MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa ha por bem determinar, pelo Ministro das Finanças, que sejam dissolvidas as commissões de avaliação dos predios urbanos a que se refere o artigo 2.º do decreto de 26 de julho de 1907, e cujos trabalhos se encontram suspensos, devendo os respectivos presidentes fazer entrega na Direcção Geral das Contribuições e Impostos, no prazo de trinta dias, dos documentos relativos ao serviço executado. Paços do Governo da Republica, em 28 de abril de 1911.—O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Direcção Geral da Contabilidade Publica
2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia do decreto de 5 de dezembro de 1910, haver requerido: Adelaide Palmira da Silva Telles de Lacerda, por si e como representante de sua filha menor Maria da Conceição, o pagamento dos vencimentos que ficaram em divida a seu marido e pae Antonio Telles de Lacerda, como primeiro official que foi da Repartição de Fazenda do districto de Lisboa.

Relação n.º 2:304, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela Direcção Geral da Contabilidade Publica ao delegado do Thesouro do dito districto, a fim de ser entregue á interessada, na conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central.

Numero dos titulos		Referencia ao assentamento geral que existe na referida direcção					Observações	
Dos que tem consideração especial de pagamento	Dos que não tem essa consideração	Titulo do livro	Seu numero	Nome do agraciado	Classe inactiva a que fica pertencendo	Vencimento liquido a que tem direito		
						Annual		Mensal
16:665		Pensões...	55	Laura de Freitas	Pensões de preço de sangue.	124\$100	10\$341	Vencimento de 1 de julho de 1910.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 26 de abril de 1911.—O Director Geral, *André Navarro*.

Relação n.º 592, com referencia ao districto do Porto, do titulo de renda vitalicia que se remette pela Direcção Geral da Contabilidade Publica ao delegado do Thesouro do dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, na conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central.

Numero do titulo		Referencia ao assentamento geral que existe na referida direcção					Observação	
Dos que tem consideração especial de pagamento	Dos que não tem essa consideração	Titulo do livro	Seu numero	Nome do agraciado	Classe inactiva a que fica pertencendo	Vencimento liquido a que tem direito		
						Annual		Mensal
16:666		Pensões...	55	Amadeu	Pensões de preço de sangue.	420\$000	35\$000	Vencimento de 1 de julho de 1910 até 9 de fevereiro de 1912, data em que o interessado completa quatorze annos de idade.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 26 de abril de 1911.—O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral das Alfandegas

1.ª Repartição

Rectificações

No decreto de 27 de abril ultimo, publicado no *Diario do Governo* n.º 99, de 29 do mesmo mês, no artigo 3.º, onde se lê: «onde os viajantes se destinavam», deve ler-se: «onde os viajantes se destinarem».

Na primeira pagina do certificado internacional, na parte referente ás indicações relativas ao vehiculo, onde se lê: «Indicação do typo «chassis», deve ler-se: indicação do typo do «chassis» e onde se lê: «numero de logares», deve ler-se: «numero total de logares».

No modelo B, onde se lê: «A 2.ª Repartição», deve ler-se: «A 2.ª Repartição».

No modelo C, onde se lê: «A 2.ª Repartição», deve ler-se: «A 2.ª Repartição» e onde se lê: «em (b)», deve ler-se: «Um (b)».

Na penultima linha do mesmo modelo C, onde se lê: «do artigo 5.º», deve ler-se: «Do § unico do artigo 5.º».

No modelo D, onde se lê: «do decreto de 27 de abril», deve ler-se: «de 27 de abril».

2.ª Secção da 1.ª Repartição, em 1 de maio de 1911.—Pelo Chefe da Secção, *Antonio Pimenta Scarnichia*.

Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro

Por ter saído com inexatidões no *Diario do Governo* n.º 100, novamente se publica o seguinte decreto:

Sendo-me presente a consulta do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, datada de 25 do corrente mês de abril, acerca da classificação de tecidos, em tiras, para frocos ou para a produção de avelludados, e, conformando-me com o parecer do referido Tribunal, que declara omissa na pauta de importação a mercadoria de que se trata:

Hei por bem, nos termos do n.º 6.º do artigo 1.º do

A fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito á percepção dos ditos vencimentos ou de parte d'elles, requeira pela 2.ª Repartição d'esta Direcção Geral, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 29 de abril de 1911.—O Director Geral, *André Navarro*.

Annuncia-se, em observancia do decreto com força de de 5 de dezembro de 1910, haverem requerido Maria Candida da Cunha, por si e como representante de seu filho menor Fernando da Cunha Rocha, Dinis da Cunha Rocha e Augusto da Cunha Rocha, residentes em Coimbra, o pagamento do que ficou em divida a seu fallecido marido e pae, José da Cunha, como policia fiscal reformado, proveniente do vencimento do seu titulo especial de renda vitalicia n.º 2:035, a fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito á percepção do dito vencimento, ou de parte d'elle, requeira pela 2.ª Repartição d'esta Direcção Geral, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 29 de abril de 1911.—O Director Geral, *André Navarro*.

decreto n.º 1, de 27 de setembro de 1904, determinar que os mencionados tecidos sejam tributados com o direito de 1\$000 réis cada kilogramma, quando não contenham seda, e de 2\$500 réis cada kilogramma quando contenham seda; e que, opportunamente, sejam inseridos na pauta geral das alfandegas os seguintes dizeres:

«Tecidos sem seda, em tiras, para frocos, ou para a produção de avelludados». — Kilogramma, 1\$000 réis.

«Tecidos com seda, em tiras, para frocos, ou para a produção de avelludados». — Kilogramma, 2\$500 réis.

Paços do Governo da Republica, em 28 de abril de 1911.—O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

MINISTERIO DA GUERRA

Repartição Central

N.º 9

Secretaria da guerra, 21 de abril de 1911

ORDEM DO EXERCITO

(2.ª Serie)

Publica-se ao exercito o seguinte:

2.º — Por decreto de 5 do corrente mez:

Corpo de officiaes de administração militar

Capitão, o tenente João Augusto da Conceição Oliveira, contando a antiguidade de 31 de janeiro de 1911.

Inactividade temporaria

O alferes do corpo de almoxarifes de engenharia e artilheria em disponibilidade, em serviço no grupo de artilheria montada, Filipe Manuel da Silva, por ter sido julgado incapaz do serviço, temporariamente, pela junta hospitalar de inspecção.

O capitão do serviço de administração militar, Manuel Domingues, por ter sido julgado incapaz do serviço, temporariamente, pela junta hospitalar de inspecção.

Reserva

O capitão do serviço de administração militar, João Lopes de Azevedo, por ter sido julgado incapaz do serviço activo pela junta hospitalar de inspecção.

Reforma

O alferes, Candido Gomes de Mesquita, por ter completado cinco annos na situação de reserva.

Por decretos de 15 do mesmo mez:

Regimento de artilheria n.º 4

Concedida a diuturnidade de serviço desde 11 do corrente mês, por ter completado quinze annos de serviço effectivo como capitão, ao capitão, Anselmo Castanheira.

Regimento de infantaria n.º 13

Capitão da 3.ª companhia do 2.º batalhão, o tenente de infantaria da guarda republicana, Antonio Correia Soares.

Corpo de officiaes de administração militar

Capitão, o tenente, José Rodrigues Brusco Junior.

Alferes, em conformidade com o disposto no artigo 53.º da carta de lei de 12 de junho de 1901 e no § 1.º do artigo 1.º da carta de lei de 20 de agosto de 1908, e nos termos do artigo 1.º do decreto de 28 de março findo, os segundos sargentos, do regimento de infantaria n.º 7, Carlos David dos Santos, do regimento de infantaria n.º 4, Arthur Luiz Filipe de Magalhães, e do batalhão de caçadores n.º 2, Hemeterio Augusto de Carvalho Massano.

Addidos

O tenente de infantaria em disponibilidade, João Carlos Vieira Soares, por lhe ter sido concedida licença illimitada.

Em conformidade com as disposições do decreto de 15 de novembro de 1901:

Tenentes, os alteres do serviço de administração militar, Arthur Armando de Magalhães Correia, Anacleto Rebello Marques, e Eduardo Guedes de Carvalho Menezes.

O tenente do corpo do secretariado militar em disponibilidade, José Carlos Affonso Barroso, por lhe ter sido concedida licença illimitada.

Disponibilidade

O capitão, Julio José Lage; e os tenentes, Eugenio Torre do Valle, e Francisco Rodrigues Limão, todos de infantaria, que, de regresso do ministerio da marinha e colonias, se apresentaram respectivamente em 8, 10 e 11 do corrente mez.

O capitão, Amaro Dias da Silva Junior, e os tenentes, Arthur de Sampaio Antas, João de Sousa Faisca, Manuel Gonçalves Mendes, José da Costa, Arthur José Celestino da Conceição, Messias Freire Beirão, Antonio Arthur Montenegro Lobo, Manuel Leovegildo Rodrigues, e Jayme Madeira Pinto, todos de infantaria, que, de regresso do ministerio da marinha e colonias, se apresentaram em 12 do corrente mez.

O tenente do corpo de almoxarifes de engenharia e artilheria em inactividade temporaria, Antonio Joaquim Pereira, por ter sido julgado prompto para todo o serviço pela junta hospitalar de inspecção.

Os tenentes do serviço de administração militar, Lourenço Augusto Pinto de Magalhães, e Joaquim Carlos Rodrigues de Mello, que, de regresso do ministerio da marinha e colonias, se apresentaram em 11 do corrente mez.

O tenente do corpo do secretariado militar, José Carlos Affonso Barroso, por ter sido julgado prompto para todo o serviço pela junta hospitalar de inspecção.

Inactividade temporaria

O capitão do regimento de infantaria n.º 23, João Maria Ferraz Junior, e os tenentes, do batalhão de caçadores n.º 6, Francisco José da Silva, e do regimento de infantaria n.º 22, Alberto Arthur Sarmento, por terem sido julgados incapazes do serviço, temporariamente, pela junta hospitalar de inspecção.

O capitão do serviço de administração militar, Manuel Silvestre de Abreu, por ter sido julgado incapaz do serviço, temporariamente, pela junta hospitalar de inspecção.

Reserva

O capitão do regimento de infantaria n.º 8, José Maria Braga, por estar comprehendido no disposto no n.º 4.º do § 3.º do artigo 8.º da carta de lei de 12 de junho de 1901.

Por decretos de 19 do mesmo mez:

Escola pratica de engenharia

Capitão, o tenente do serviço de administração militar, Alberto David Branquinho.

Regimento n.º 5 de infantaria do Imperador da Austria, Francisco José

Major do 2.º batalhão, o capitão do districto de recrutamento e reserva n.º 5, Antonio Ferroira Quaresma.

Corpo de officiaes de administração militar

Alferes, o segundo sargento do regimento de infantaria n.º 2, Antonio Augusto da Costa Alves, em conformidade com o disposto no artigo 53.º da carta de lei de 12 de junho de 1901 e do § 1.º do artigo 1.º da carta de lei de 20 de agosto de 1908 e nos termos do artigo 1.º do decreto de 28 de março de 1911.